



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE 2012

-----No dia vinte e sete de Dezembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dra. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: José Alberto Domingos Rodrigues; Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pelo Assistente Técnico António José Rosa Gonçalves, por impedimento da secretária efetiva.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, solicitando a introdução dos seguintes pontos na ordem de trabalhos:-----

2.2 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO DE 24.07.2012/ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE SERVIÇO PÚBLICO-----

2.3 – MUNICÍPIO DE COIMBRA/NOVA CIM-----

2.4 – NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DO GAP - DESPACHO Nº 25/2012-----

2.5 – VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DO SENHOR AUGUSTO ANTUNES----

2.6 – VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DO CÉU MATOS DA SILVA-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade inserir os citados assuntos na ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS; -----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS: -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.1 – J.B. PIRES/PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DA CASA MUNICIPAL DA CULTURA-----

2.2 – RECTIFICAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DE EXECUTIVO DE 24.07.2012/ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE SERVIÇO PÚBLICO-----

2.3 – MUNICÍPIO DE COIMBRA/NOVA CIM-----

2.4 – NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DO GAP/DESPACHO Nº 25/2012-----

2.5 – VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DO SENHOR AUGUSTO ANTUNES-----

2.6 – VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DO CÉU MATOS DA SILVA-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

3.2 – PAGAMENTOS-----

3.3 – REQUISIÇÕES-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----

3.5 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS-----

3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.7 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a ata da reunião realizada no dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS:-----

2.1 – J.B. PIRES/PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DA CASA MUNICIPAL DA CULTURA – Foi presente o pedido de prorrogação de prazo da Firma J.B. Pires, relativo à conclusão da construção da Casa



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Municipal da Cultura, datado do pretérito dia 14.12.2012, onde é solicitado que o mesmo se estenda até ao próximo dia 29.03.2013.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia começou por referir que lamentava a necessidade de a empresa J.B. Pires, voltar a apresentar um pedido destes, quando era evidente que tal se devia sobretudo ao reduzido numero de pessoas que diariamente lá trabalhavam, pois, acrescentou, que se podia acreditar que se o empreiteiro tivesse colocado os recursos humanos em numero adequado, não seria necessário nova apresentação do pedido de dilatação do prazo para a conclusão da construção da Casa Municipal da Cultura de Góis.-----

-----Acrescentou que, contudo, o acompanhamento técnico desta empreitada reconhecia que a obra estava a ser executada com níveis de qualidade e rigor assinaláveis, justificando dessa maneira este atraso, pois para manter esse nível de execução, eram necessários os contributos e a disponibilidade dos melhores trabalhadores e subempreiteiros da região.-----

-----Concluiu a sua intervenção, afirmando que a qualidade construtiva da Casa Municipal da Cultura de Góis, ficava claramente a ganhar com todos estes contributos altamente especializados, no entanto, ficava por esclarecer a legalidade do pedido de prorrogação do prazo pretendido, aspecto que esperava que fosse esclarecido pelo senhor Consultor Jurídico do Município.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que iria votar contra a prorrogação de prazo pedido, em virtude da informação elaborada pela Técnica Superior do Município, a qual lhe merece todo o respeito e consideração profissional e pessoal, não justificava suficientemente o pedido apresentado pelo Empreiteiro.-----

-----Mais referiu que a explicação do senhor Vereador Mário Barata Garcia justificava o seu sentido de voto, nomeadamente na referência que fez à falta de pessoal na execução da obra, e salientou que subsistia a questão da legalidade do pedido, para a qual a falta de parecer jurídico, lhe impedia um sentido de voto diferente.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu estar de acordo com as palavras do seu colega de bancada, e que na decisão tomada



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pelo Executivo, relativa à última prorrogação do prazo, solicitada por esta empresa, se tinha absterido, por reconhecer que na reprogramação dos trabalhos dada a conhecer nessa altura, já era evidente que era praticamente impossível que as obras pudessem estar concluídas na data apresentada pelo Empreiteiro.-

-----Mais referiu, que o Município devia ter acautelado esta situação logo que expirou o prazo de entrega da obra, e, exigir um novo planeamento rigoroso da mesma, evitando cair nestas sucessivas prorrogações, que geram alguma insegurança, até por não serem acompanhadas de parecer jurídico que as suporte legalmente. Considerou ainda de grave, o facto do empreiteiro não possuir os meios humanos necessários para cumprir os prazos estabelecidos, e, por todas estas razões, o seu sentido de voto, seria contra a pretensão apresentada pelo empreiteiro.-----

-----A senhora Presidente referiu que irá votar a favor do pedido de prorrogação do prazo pretendido, salientando que o que mais lhe interessa, é a conclusão da referida empreitada, com a qualidade que a mesma, merece.-----

-----Mais referiu que em obras anteriores, e em anteriores mandatos, houve igualmente casos em que as mesmas se arrastaram no tempo, para assim explicar que é muito difícil contornar os pedidos de prorrogação de prazos.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que a informação em análise deveria ser mais detalhada, nomeadamente quanto ao pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo Empreiteiro e sustentada com um parecer do senhor Consultor Jurídico.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra, dos senhores Vereadores do PSD, aprovar o pedido de prorrogação de prazo, até dia 29.03.2013, da empresa J.B. Pires, para conclusão da empreitada da Casa Municipal da Cultura.-----

ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----

2.2 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO DE 24.07.2012/ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE SERVIÇO PÚBLICO – Foi presente a informação interna da Divisão de Administração Geral sobre a



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

rectificação da Ata do Executivo Municipal do pretérito dia 24.07.2012, no seu ponto 2.11-Atribuição de Medalhas de Serviço Público.-----

-----A senhora Presidente referiu que esta informação vem na sequência de um alerta da ex-trabalhadora do Município, a senhora D. Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, a qual refere que a referida deliberação, não está correta, no que respeita à data em que tomou posse como Chefe de Serviços de Administração Escolar, no Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis.-----

-----Mais referiu que na deliberação em apreço, onde se lê *“Ingressou na Função Pública em 01.07.1974, tendo desde 31.08.2003 tomado posse como Chefe de Serviços de Administração Escolar...”*, deve ler-se *“Ingressou na Função Pública em 01.07.1974, tendo desde 01.06.1996 desempenhado funções como Chefe de Serviços de Administração Escolar...”*.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia lamenta que só agora se tenha procedido a esta correção, e que se tenha obrigado a interessada a ter que se deslocar duas vezes à reunião de Câmara levantando este problema, bem como o prolongamento do mesmo no tempo, o que no seu entender este deveria ter sido tratado com outra seriedade causando danos menores para a própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a presente rectificação da deliberação em apreço.-----

2.3 – MUNICÍPIO DE COIMBRA/NOVA CIM – Foi presente um e-mail sobre a nova Comunidade Intermunicipal, endereçado pelo Presidente do Município de Coimbra, datado do pretérito dia 19.12.2012, cujo documento fica a constituir o Anexo I da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente começou por apresentar um breve enquadramento relativo à oportunidade da discussão deste assunto e referiu que no passado mês de Novembro, todos os Presidentes de Câmara da CIMPIN foram convocados para participar numa reunião no Município de Pedrógão Grande para em conjunto com o Sr. Presidente da CCDRC, a Dra. Ana Abrunhosa e Dra. Isabel Damasceno, ambas técnicas Executivas da CCDRC iniciarem uma discussão relativa à eventual extinção da CIMPIN e da criação de uma nova CIM



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

em resultado da redefinição das NUT's 3 (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas).-----

-----Mais referiu que nessa reunião foram abordadas as desvantagens da manutenção da CIM do Pinhal Interior Norte e as vantagens na sua fusão com a CIM do Baixo Mondego e a posterior criação de uma nova CIM, fusão essa que decorria por imperativo legal, a qual pretende a redução do número daquelas Comunidades Intermunicipais onde falte escala à luz da legislação actual.-----

-----Mais referiu que esteve igualmente presente numa reunião promovida pelo Município de Arganil, conjuntamente com os seus homólogos de Tábua e Oliveira do Hospital, além do anfitrião, onde basicamente ficou assumido um compromisso em que tudo se devia fazer para não desmembrar o Território da Beira Serra, portanto que a iniciativa para qualquer um destes quatro Municípios relativamente a este assunto seria partilhada e seguida em conjunto -----

-----Para concluir, a senhora Presidente referiu que, caso a CIMPIN se mantenha, Góis devia continuar a integrá-la, mas caso venha a ser extinta, como tudo indica, dever-se-ia integrar a próxima Comunidade que venha a ser criada.--

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia, referindo que de facto não abundava informação sobre este processo de extinção da CIMPIN, mas daquilo que conhecia podia informar que tudo isto se iniciou com a necessidade de redefinição das NUT's de nível 3 para que seja cumprido o Regulamento da CE e a legislação atual que impõe que as regiões deste nível tenham no mínimo 150.000 e no máximo 800.000 habitantes. Por isso, continuou, como existem no País várias NUT's 3 fora desses limiares demográficos, como o caso da NUT do Pinhal Interior Norte que corresponde à CIMPIN, que só tem cerca de 90.000 habitantes, foi iniciado este processo de extinção e fusão de CIM's de forma a corresponder às novas Nomenclaturas e a respeitar os Regulamentos e Legislação em vigor.-----

-----Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, afirmando que sobre este assunto, não comunga das palavras da senhora Presidente. Em seu entendimento, este assunto deveria ser discutido pelas populações. Pois vai



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

implicar um novo planeamento para o nosso país, com base em novas divisões administrativas do nosso território.-----

-----Mais referiu que, na sua opinião, se tivesse havido verdadeira coesão e solidariedade entre os vários municípios integrantes da CIMPIN, dificilmente alguém teria força para a desmembrar. Infelizmente a solidariedade não é compatível com interesses económicos. De facto, tudo aponta para que o novo Quadro Comunitário de Apoio traga bonificações para as regiões mais desprotegidas e despovoadas como é o caso de Góis e, infelizmente é esse facto que leva ao interesse dos municípios mais urbanos se agregarem aos rurais; Será essa a única forma de poderem vir a usufruir de apoios que, se não fosse assim, não lhes estariam destinados. Terminou lamentando profundamente o fim da CIMPIN uma vez que reconhecia um grupo de municípios que, por terem problemas semelhantes, poderiam ganhar escala nas suas reivindicações e assim poderem resolver alguns estrangulamentos importantes.-----

-----A senhora Presidente Interveio para acrescentar que de facto não existia nenhum documento formal sobre esta matéria e atribuiu essa responsabilidade à CCDRC, por ter sido essa a Entidade que o iniciou e o estava a desenvolver. Acrescentou que as regras deste processo estavam já definidas e não lhe parecia que estivessem em discussão.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, afirmando que acompanhou de perto a criação da CIMPIN e reconhece o quão importante era esta associação, por isso lamenta o seu desaparecimento, que trará desvantagens a um território que tinha muitos pontos em comum, à exceção de Ansião e Alvaiázere que lhe parece nunca se terem identificado com esta CIM. Relativamente à eventualidade da fusão da CIMPIN com a CIM Baixo Mondego, considera um erro, já que Góis nada tem em comum com a zona do Baixo Mondego.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, referindo que a informação disponível sobre o assunto, é muito escassa e por isso difícil de se tomar uma posição com todo o rigor sobre o mesmo. Acrescentou ainda, que no



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

caso de ser desmembrada a CIMPIN, o Pinhal Interior Norte ficará mais pobre e consequentemente mais desertificado.-----

-----Mais referiu que, tendo por base o vencimento proposto para o futuro Presidente das novas CIM's, cerca de 4000 euros, tal facto consubstancia-se na criação de uma nova oportunidade de emprego, para os Presidentes dos Municípios que, por imperativo legal, não se possam candidatar a um novo mandato Autárquico. Em jeito de conclusão, referiu concordar em absoluto com as palavras da senhora Presidente, no que concerne ao facto de que não podemos discutir verdadeiramente este assunto, sem documentos formais que o suporte.-----

-----Interveio a senhora Presidente afirmando que com poucos ou muitos documentos à disposição, existe sempre uma valência para a discussão, sendo que este assunto passa completamente ao lado das populações.-----

-----Mais referiu que será sempre oportuno realizar uma discussão publica sobre esta matéria, contudo esta reestruturação tem um rosto e por isso, subscreve na integra as palavras do senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.4 – NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DO GAP/DESPACHO Nº 25/2012 – A senhora Presidente deu conhecimento ao Executivo da nomeação para o cargo de Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal, do trabalhador António José Rosa Gonçalves, datada do pretérito dia 12.12.2012, a qual produz efeitos a 01.12.2012.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia iniciou a sua intervenção felicitando o senhor António Gonçalves, pelo seu novo cargo, sendo que se trata de uma competência exclusiva da senhora Presidente de Câmara.---

-----Mais referiu, que espera que a presente nomeação não tenha resultado da análise em sede de reunião de Câmara do assunto relativo à questão do pagamento de horas extraordinárias e ajudas de custo. Referiu ainda, que com a presente nomeação, é a terceira pessoa que é nomeada para o Gabinete de Apoio, sugerindo a nomeação de um substituto, uma vez que poderá eventualmente acontecer mais uma situação de demissão de cargo, como já se



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

verificou, sendo natural que a senhora Presidente possa acautelar essa situação.-----

-----A senhora Presidente referiu que é a segunda nomeação para o cargo de secretário do GAP e não a terceira. Relativamente à sugestão do senhor Vereador quanto à nomeação de um secretário substituto, referiu que se deveria ter adoptado essa postura nas eleições de 2005, quando o senhor Vereador se demitiu do cargo de Vice Presidente.-----

-----A senhora Presidente referiu ainda, que esta nomeação se baseia na competência do trabalhador nomeado e na excelência do serviço por ele prestado, acrescentando que esta situação já estava a ser ponderada, pelas razões apresentadas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.5 – VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DO SENHOR AUGUSTO ANTUNES –

Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Antunes, Pai do senhor Engº José Henriques Antunes e membro da Assembleia Municipal de Góis, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

2.6 - VOTO DE PESAR/FALECIMENTO DA SENHORA MARIA DO CÉU MATOS DA SILVA –

Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria do Céu Matos da Silva, Sogra do senhor Engº José Henriques Antunes e membro da Assembleia Municipal de Góis, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

2.7 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE SIMÕES GARCIA –

O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia questionou a senhora Presidente se tem conhecimento que terá havido uma posição tomada na Assembleia de Freguesia do Cadafaz, favorável à agregação dessa Freguesia, com a Freguesia do Colmeal e, em caso afirmativo, questiona porque a senhora Presidente não lhes deu conhecimento.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente referiu não ter conhecimento de tal facto, garantindo que não deu entrada no Município nenhum documento que informe de tal decisão. Mais referiu que no sábado imediatamente antes desta reunião, esteve presente, a convite da Junta de Freguesia do Colmeal, no seu jantar de Natal e foi abordada com a mesma questão pelo Presidente da Concelhia do PSD de Góis e membro da Assembleia de Freguesia do Colmeal, o senhor Silvino Simões Martins, informando que deu a mesma resposta negativa, acrescentando que nem informalmente, nunca lhe chegou ao conhecimento tal decisão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.8 - INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA HELENA ANTUNES BARATA MONIZ

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz deu conhecimento do recente abatimento de piso nos passeios na zona da Rotunda de Oroso recentemente concluídos. Questionando igualmente a senhora Presidente sobre o ponto de situação do Boletim Municipal, já que há um documento disponível na internet com esta designação.-----

-----A senhora Presidente referiu ter já conhecimento sobre o abatimento dos passeios, mas como a empreitada ainda não está concluída, a responsabilidade não pode ser assacada ao Município.-----

-----Referiu que, sobre o Boletim Municipal, o ponto de situação é de que o mesmo está praticamente concluído e consubstancia o trabalho desenvolvido nos anos de 2010 e 2011. Contudo, a sua impressão comporta custos bastante elevados, pelo facto de ser uma edição bastante abrangente, nele contendo dois anos de mandato, o que leva a repensar a sua publicação, dando conhecimento à senhora Vereadora, de que a qualquer momento o mesmo pode ser publicado/apresentado.-----

-----A senhora Vereadora questionou a senhora Presidente sobre a situação da empreitada do Centro de Referência da Memória Goicense.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra ao senhor Vereador Mário Barata Garcia, o qual referiu que foi adjudicada à empresa Construções Irmãos Peres, Lda., a construção da Rotunda e que neste momento faltava a abertura de vala e



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

colocação de canalização para as infraestruturas de comunicações, a cargo dos Serviços da Autarquia, para que a rotunda fique concluída com a pavimentação -

-----A senhora Presidente deu conta das diligências já efetuadas, dessa e de outras obras, contratadas ao mesmo empreiteiro, para assim melhor perceber a dificuldade na previsão/conclusão das respetivas empreitadas, e na sua limitação para inverter a tendência instalada.-----

-----A senhora Vereadora deu conhecimento de que alguns munícipes a abordaram manifestando a sua indignação pela leitura dos contadores de água domiciliária se encontrar desfasada, não correspondendo aos gastos temporais reais, acarretando assim a acumulação da quantidade de água contada e consequentemente a subida de escalão, o que não é justo. Referiu ainda, que já havia alertado para este problema há algum tempo atrás.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra à senhora Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Sara Mendes, a qual explicou como e de que forma se realiza o apuramento dos valores a pagar pelos Municípios, relativamente à faturação da água. Mais referiu que sobre a questão das leituras, a mesma é efetuada bimensalmente, e que o Concelho está dividido em duas zonas, simplificando assim todo o procedimento, referindo também que este mesmo procedimento é o praticado maioritariamente pelos outros Municípios.-----

-----A senhora Vereadora solicitou mais uma vez o parecer jurídico sobre os pedidos de informação pelos Vereadores da oposição terem de ser feitos a requerimento.-----

-----A senhora Presidente informou que o mesmo será entregue muito em breve.-

-----A senhora Vereadora questionou se já existe resposta sobre uma questão por si colocada, no que concerne ao diferencial de trabalhadores apresentados no Relatório de Gestão e os números reais.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra à senhora Chefe da Divisão de Administração Geral, a qual deu conhecimento da razão para a existência desse mesmo diferencial, a qual não passa da diferença entre os trabalhadores aposentados e uma licença sem vencimento requerida por uma trabalhadora,



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

além da contratação dos dois nadadores-salvadores e da contratação de uma trabalhadora, prevista já há algum tempo atrás.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:-----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e seis de Dezembro do ano em curso, no montante de um milhão, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos.-----

3.2 – PAGAMENTOS – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e doze, constantes nas ordens número dois mil, novecentos e quarenta e quatro à três mil e setenta e sete, no montante de quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e seis euros e quarenta cêntimos.----

3.3 – REQUISIÇÕES – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – Não houve.-----

3.5 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS – A senhora Presidente informou o Executivo, sobre as aquisições de serviços referentes ao mês de Novembro, conforme deliberação datada do dia dez de Janeiro do corrente ano.-

3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e sete de Dezembro do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências correntes, no montante de trinta e sete mil euros, cujo documento fica a constituir o Anexo II da presente Ata.-----

3.7 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia vinte e sete de Dezembro do ano em curso.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências de capital, no montante de oito mil, setecentos e quatro euros e dezoito cêntimos, cujo documento fica a constituir o Anexo III da presente Ata.----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR; J.B. PIRES/PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DA CASA MUNICIPAL DA CULTURA; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-

-----DADA A PALAVRA AO PÚBLICO:-----

-----A senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, depois de cumprimentar todos os presentes e desejando um bom ano novo para todos, solicitou informação sobre se existia algum esclarecimento acerca do encerramento do SAP no período nocturno, do Centro de Saúde Local, uma vez que houve uma manifestação sobre este assunto e deu conta da sua preocupação enquanto Goicense e com tudo o que se passa na sua terra.-----

-----A senhora Presidente referiu que o senhor Diretor do ACESPIN, Dr. Avelino Pedroso, comprometeu-se a dar uma resposta até ao dia 3 de Dezembro, resposta essa que nunca chegou, considerando assim um desprezo total. Mais referiu que foi solicitado por parte do Município, um pedido de agendamento de reunião ao senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, o qual ainda não respondeu, dando conta de um telefonema para o GAP a indagar quais os assuntos objecto do referido pedido, e que foi respondido que até final do ano, e por motivo de férias do senhor Secretário de Estado, não seria marcada nenhuma reunião.-----

-----O senhor José António Vitorino Serra iniciou a sua intervenção cumprimentando e desejando as boas festas a todos os presentes. Referiu que na sequência da intervenção da Muniípe anterior, a Santa Casa da Misericórdia de Góis, também tinha pedido o agendamento de uma reunião e que até à data, não tinha obtido qualquer resposta.-----

-----Mais referiu que teve conhecimento que em dias de tolerância de ponto e feriados, o horário praticado pelo Centro de Saúde é das 10h às 18h, não estando os utentes alertados para esse facto, o que lamenta.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Referiu ainda que existe muita leitura de água ao domicílio, a qual é realizada talvez por estimativa, tendo apresentado uma proposta/sugestão para essa matéria aqui debatida pelo Executivo, a qual consubstancia-se na possibilidade de os Munícipes enviarem a leitura dos contadores para a Câmara Municipal por internet ou mesmo por telefone, disponibilizado especialmente, para o efeito.-----

-----Por último, informou que existe um buraco no Centro Municipal de Saúde, antiga Casa “Rosa Maria”, há 3 meses e a proteção lá colocada, foi entretanto retirada para as obras na Rotunda da Biblioteca, e como tal, refere que esse mesmo buraco impede a livre circulação de veículos, o que com a passagem do tempo, baixa as condições de segurança de quem por lá circula.-----

-----Sobre a questão das leituras de contagem de água, a senhora Presidente informou que no Município de Góis, não existem leituras por estimativa, após consultar a senhora Chefe da Divisão de Administração Geral.-----

-----O senhor Pedro Miguel da Conceição Agostinho, referiu que enquanto Deputado Intermunicipal da CIMPIN, teve acesso a informação sobre o que aqui se tinha debatido, e esclareceu que nada foi imposto, mas que em sua opinião, será certamente uma grande “machadada” sobre toda esta Região do Pinhal Interior, uma vez que a CIMPIN tem uma taxa de execução de fundos comunitários de cerca de 90%.-----

-----Mais referiu que no que concerne à questão adjacente ao Centro de Saúde Local, informou que recebeu notícias de Lisboa, as quais referem que o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, reencaminhou o assunto para a ARS Centro, pelo que qualquer pedido deverá ser remetido para essa entidade.-----

-----Concluiu a sua intervenção, felicitando o senhor António Gonçalves pela sua nomeação, porquanto refere conhecê-lo desde muito novo.-----

-----O senhor Hélder Fernandes Carneiro começou a sua intervenção por considerar muito interessante toda a discussão em torno do território.-----

-----Referiu igualmente que a água de Góis é diferente da de Vila Nova do Ceira, referindo também que tem conhecimento de problemas de abastecimento de água a Vila Nova do Ceira, sendo esse um problema recorrente. Por fim,



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

questiona a senhora Presidente e o Executivo se consideram existir ou não um problema ambiental em Vila Nova do Ceira.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra ao senhor Vereador Mário Barata Garcia, o qual começou por informar que o Município de Góis viu-se impossibilitado de recorrer aos fundos comunitários para construção, reparação ou melhoria das redes de Água e Saneamento, à semelhança de outros Municípios porque, em tempo, transferiu para a empresa Águas do Mondego a capacidade que possuía para apresentar candidaturas a Fundos Comunitários, no âmbito do QREN para esse efeito. Recentemente as Águas do Mondego comunicaram ao Município de Góis que não possuíam condições para cumprir o que estava estabelecido executar no concelho de Góis e devolveram ao Município a referida capacidade, contudo, passaram-se vários anos de espera. Continuou dizendo que logo que foi recuperada essa capacidade foram apresentadas várias candidaturas para o efeito e que se estava agora a aguardar pela decisão da Entidade Gestora do POVT.-----

-----Mais referiu que numa das candidaturas se pretende construir uma ETA (estação de tratamento da água) e fundir num único sistema os actuais 3 sistemas de fornecimento de água de Vila Nova do Ceira, de Góis e de Ponte do Sótão.-----

-----A senhora Presidente lamenta que este assunto seja recorrente, e refere que em sua opinião, foi uma década perdida, com estes condicionalismos decorrentes da parceria com a empresa Águas do Mondego.-----

-----Por fim, acrescentou que, com ou sem financiamento, é compromisso do Executivo realizar as obras necessárias ao abastecimento de água em Vila Nova do Ceira. Mais informou que no mês de Janeiro será elaborado o caderno de encargos.-----

-----Quanto à questão ambiental, a senhora Presidente refere que a empresa AGROPE, das várias visitas que vai sendo alvo, dos serviços ligados diretamente à área do ambiente, nada é referido quanto a ilegalidades, ou incumprimentos.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Mais refere que o Município, em devido tempo, fez uma alteração ao PDM, para abrir a possibilidade de uma deslocalização da referida empresa, mais concretamente, para o Vale da Lapa. No entanto, reconhecia que tal deslocalização acarretava um avultado investimento por parte dos proprietários, e que nesta altura, compreende que haja algumas cautelas, por razões óbvias.---

-----Interveio o senhor Hélder Fernandes Carneiro, referindo que se fala muito em Turismo Rural em Vila Nova do Ceira e que lhe parece bem. Contudo, é difícil de entender o desenvolvimento do Turismo, numa Freguesia onde à noite não se consegue abrir uma janela. Por último, refere que se diz que o Município ajudou a empresa em causa, a alargar a sua actividade.-----

-----A senhora Presidente interveio para referir que nem sempre o que se fala, correspondia à verdade, e sobre este caso concreto, afirmou categoricamente que o Município não ajudou ninguém a alargar a sua actividade. Acrescentou que há tempos atrás, foi cedido o serviço de uma máquina, como se tem cedido a outros empresários, para fazer uma pequena intervenção, mas que nada tem a ver com o alargamento da actividade,.-----

-----Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, afirmando que a actividade da referida empresa está certamente legal porque, caso contrário já há muito teria sido encerrada pelos serviços competentes. Mais acrescentou que era do seu conhecimento que o referido empresário, tem consciência do problema, mas que considera também ele não ser de fácil solução, porque a deslocalização envolve um forte investimento.-----

-----A senhora Presidente refere que não se perde nada em retomar o processo, mas que deverá existir uma estratégia concertada, das diferentes entidades, porque no fundo, todos beneficiam com a eventual deslocalização.-----

-----O senhor Luís Filipe Almeida Nogueira Dias, após cumprimentar todos os presentes, referiu que o assunto do abastecimento de água a Vila Nova do Ceira, pelo que lhe foi dado a conhecer, não está esquecido, facto que se congratula. Mais referiu, que foi seu entendimento, existir mais de que uma solução para o mesmo problema. E acrescentou que, por vezes, nem sempre o mais barato é sinónimo de maior economia. Quanto à questão da elaboração do



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

caderno de encargos, e uma vez que também considera ser uma questão complexa, sugeriu de se consultar a empresa Águas do Mondego, o que aliado às boas relações existentes entre as duas entidades, poderiam ser um bom contributo para a sua elaboração.-----

-----A senhora Presidente referiu que a referida empresa já facultou ao Município o projecto dessa mesma obra, mas que o mesmo necessita de ajustamentos, para se considerar uma boa aposta.-----

-----Por último, a senhora Presidente fez votos para que o ano de 2013, comporte muitos sucessos, projectos pessoais e profissionais, a todos, sem excepção.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade do Secretário. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário,
